

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado regulatório	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Transirapé de Transmissão
Belo Horizonte -MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir a determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Mensuração do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 101.786 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação reconhecida no exercício, com base nas vidas uteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) com os saldos contábeis; iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação, com data de 13 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

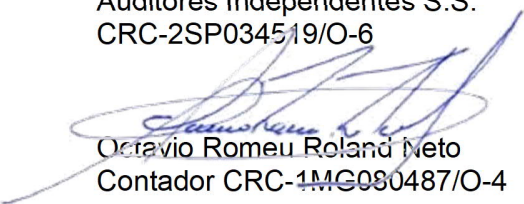
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG080487/O-4

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	8.690	14.273
Investimentos Temporários	6.2	2.237	2.136
Concessionárias e Permissionárias	4	3.726	3.427
Tributos Compensáveis		165	107
Despesas Pagas Antecipadamente		20	21
Outros Ativos Circulantes		880	732
Total do Ativo Circulante		15.718	20.696
Ativo Não Circulante			
Concessionárias e Permissionárias	4	197	185
Outros Ativos Não Circulantes		11	11
Imobilizado	5	101.786	105.824
Intangível	5	83	86
Total do Ativo Não Circulante		102.077	106.106
Total do Ativo		117.795	126.802

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores		124	127
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	14.862	8.562
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.352	1.131
Dividendos Declarados		10.312	6.583
Encargos Setoriais		1.729	1.672
Outros Passivos Circulantes		1.354	1.182
Total do Passivo Circulante		29.733	19.257
Passivo Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	31.121	45.656
Outros Passivos Não Circulantes		243	278
Total do Passivo Não Circulante		31.364	45.934
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7	22.340	22.340
Dividendos adicionais propostos	7	5.688	2.000
Reservas de Lucros	7	28.670	37.271
Total do Patrimônio Líquido		56.698	61.611
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		117.795	126.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	8	35.802	33.809
Outras Receitas Vinculadas		127	130
(-) Parcela Variável		(184)	(99)
PIS-PASEP		(232)	(220)
Cofins		(1.071)	(1.016)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(330)	(315)
Reserva Global de Reversão - RGR		(929)	(879)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(143)	(135)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		33.040	31.275
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(948)	(1.011)
Material		(42)	(36)
Serviços de Terceiros		(2.158)	(2.055)
Arrendamento e Aluguéis		(167)	(155)
Seguros		(50)	(51)
Doações, Contribuições e Subvenções		(34)	(22)
Tributos		(5)	(2)
Depreciação e Amortização		(4.083)	(4.099)
Outras Despesas		-	(66)
Resultado da Atividade		25.553	23.778
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(3.639)	(4.318)
Receitas financeiras		1.312	509
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		23.226	19.969
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.522)	(1.191)
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício		21.704	18.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício		21.704	18.778
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		<u>21.704</u>	<u>18.778</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital Social	Reservas de Lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	22.340	27.076	-	-	49.416
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.778	18.778
Dividendos declarados	-	-	-	(6.583)	(6.583)
Dividendos adicionais propostos	-	-	2.000	(2.000)	-
Reserva de lucros do exercício	-	10.195	-	(10.195)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	22.340	37.271	2.000	-	61.611
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.704	21.704
Dividendos declarados	-	-	-	(10.312)	(10.312)
Dividendos adicionais propostos	-	-	5.688	(5.688)	-
Dividendos declarados	-	(14.305)	(2.000)	-	(16.305)
Reserva de lucros do exercício	-	5.704	-	(5.704)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	22.340	28.670	5.688	-	56.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração de fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do Exercício		21.704	18.778
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		3	18
Depreciação		4.080	4.081
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	1.522	1.191
Juros e Variações Monetárias		3.336	4.108
Outros		(57)	(125)
		30.588	28.051
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		(311)	(129)
Tributos Compensáveis		(58)	46
Outros		(149)	(358)
		(518)	(441)
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		(4)	85
Fornecedores Demais		(3)	(20)
Salários e Encargos Sociais		5	4
Tributos e Contribuição Social		48	53
Outros		10	(219)
		56	(97)
Encargos de Dívidas Pagos		(3.418)	(4.048)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.480	22.313
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		18	18
Imobilizado		(42)	48
Caixa líquido das atividades de investimento		(24)	66
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Pagos		(8.153)	(4.373)
Dividendos Pagos		(22.886)	(5.766)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(31.039)	(10.139)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(5.583)	12.240
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		14.273	2.033
No fim do exercício		8.690	14.273
		(5.583)	12.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transirapé de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota nº 2, exceto:

Ativos financeiros: São reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição	Valores correntes							Provisão p /Devedores Duvidosos	Total 2019	Total 2018
	Corrente a vencer		Corrente vencida							
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Encargos de uso da rede elétrica	3.590	-	25	47	51	210	-	3.923	3.612	
Total (curto e longo prazo)	3.590	-	25	47	51	210	-	3.923	3.612	

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto	Adições	Baixas	Transfer.	Valor Bruto	Adições	Depreciação	Valor	Valor
	em				(A)	(B)		(C)	em
	31/12/2018				31/12/2019	(A)-		31/12/2019	31/12/2018
		(A)	(B)	(C)		(B)+(C)			
Transmissão	135.690	-	-	-	135.690	-	(34.668)	101.022	105.099
Terrenos	122	-	-	-	122	-	-	122	122
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.795	-	-	-	2.795	-	(1.269)	1.526	1.622
Máquinas e Equipamentos	132.750	-	-	-	132.750	-	(33.377)	99.373	103.353
Móveis e Utensílios	23	-	-	-	23	-	(22)	1	2
Administração	45	-	-	35	80	35	(28)	52	20
Máquinas e Equipamentos	28	-	-	-	28	-	(18)	10	12
Móveis e Utensílios	17	-	-	35	52	35	(10)	42	8
Subtotal	135.735	-	-	35	135.770	35	(34.696)	101.074	105.119

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	705	7	-	-	712	7	-	712	705
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	705	7	-	-	712	7	-	712	705
Administração	-	35	-	(35)	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	35	-	(35)	-	-	-	-	-
Subtotal	705	42	-	(35)	712	7	-	712	705
Total do Ativo Imobilizado	136.440	42	-	-	136.482	42	(34.696)	101.786	105.824

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	83	-	-	-	83	-	-	83	83
Servidões	83	-	-	-	83	-	-	83	83
Administração	90	-	-	-	90	-	(90)	-	3
Softwares	90	-	-	-	90	-	(90)	-	3
Subtotal	173	-	-	-	173	-	(90)	83	86
Total do Ativo Intangível	173	-	-	-	173	-	(90)	83	86

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia seguem abaixo:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		135.690	(34.668)	101.022	105.099
Custo Histórico	3,01%	135.690	(34.668)	101.022	105.099
Administração		80	(28)	52	20
Custo Histórico	6,02%	80	(28)	52	20
		135.770	(34.696)	101.074	105.119
Em Curso					
Transmissão		712	-	712	705
		712	-	712	705
		136.482	(34.696)	101.786	105.824

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Imobilizado e intangível--Continuação

Adições do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	
1 DISJUNTOR SE IRAPÉ	7
2 01 MÁQUINA FOTOGRÁFICA.	2
3 AR CONDICIONADO.	33

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Empréstimos, financiamentos e debêntures

6.1. Abertura do endividamento

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. /Emprést. Moeda Nacional	327	14.535	31.121	45.983											
BDMG FINAME	-	77	-	77	Sim	Jun/10	Aval/Fiança	Não há	4,50%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/07/20	Mensal	SAC
BDMG FINAME															
RBNI	14	2.382	7.346	9.742	Sim	Dez/13	Aval/Fiança	Não há	3,50%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/01/24	Mensal	SAC
BDMG FINAME															
REATORES	61	1.490	497	2.048	Sim	Ago/16	Aval/Fiança	TJLP	4,50%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/04/21	Mensal	SAC
BDMG FINEM	142	421	3.753	4.316	Sim	Dez/14	Aval/Fiança	TJLP	3,50%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/10/29	Mensal	SAC
BNDES	95	485	2.585	3.165	Sim	Jun/16	Aval/Fiança	Não há	2,50%	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/04/26	Mensal	SAC
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	15	9.680	16.940	26.635	Sim	Set/17	Subord/Quirog	CDI	107,75%	26/01/2020	Mensal	26/09/2020	26/09/22	Mensal	SAC
Total por Dívida	327	14.535	31.121	45.983											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	327	14.535	31.121	45.983											

Instituição / Linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2021	2022	2023	2024	2025	2025+	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	13.465	10.548	3.288	1.104	906	1.810	31.121
BDMG FINAME RBNI	2.384	2.382	2.382	198	-	-	7.346
BDMG FINAME REATORES	496	-	-	-	-	-	496
BDMG FINEM	421	421	421	421	421	1.648	3.753
BNDES	484	485	485	485	485	162	2.586
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	9.680	7.260	-	-	-	-	16.940

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

6.2. Abertura dos ativos financeiros

Instituição / linha devedora	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	10.927	10.927
Caixa e Aplicações Financeiras	10.927	10.927
Saldo Final de Caixa - Conta 110	1.343	1.343
Aplic. Financ. Fundos DI	7.347	7.347
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	2.237	2.237

7. Patrimônio Líquido

7.1. Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 22.340 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	% do Capital		Total
	Ordinárias	Votante	
Transminas Holding S/A	9.159.601	41,00%	41,00%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	10.946.840	49,00%	49,00%
EATE	2.234.049	10,00%	10,00%
Total	22.340.490	100,00%	100,00%

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Patrimônio Líquido--Continuação

7.2. Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal (a)	4.468	4.468
Outras	24.202	32.803
	28.670	37.271

(a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

8. Receita operacional bruta

Receita Bruta	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	35.802	33.809
Total	35.802	33.809

9. Pessoal e administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(736)	(809)
Remuneração	(421)	(475)
Encargos	(141)	(164)
Previdência privada	(10)	(11)
Assistência médica	(54)	(49)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(64)	(64)
Outros	(46)	(46)
Administradores	(212)	(202)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(176)	(167)
Benefícios dos administradores	(36)	(35)
Total	(948)	(1.011)

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	Alíquota de presunção - IRPJ	Alíquota de presunção - CSLL
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da dedução de R\$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11. Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	8.690	-	8.690	14.273	-	14.273
Investimentos Temporários	6.2	2.237	-	2.237	2.136	-	2.136
Concessionárias e Permissionárias	4	3.726	-	3.726	3.427	-	3.427
Serviços em Curso		285	-	285	238	-	238
Tributos Compensáveis		165	-	165	107	-	107
Almoxarifado Operacional		-	601	601	-	593	593
Ativo Contratual		-	36.834	36.834	-	28.777	28.777
Despesas Pagas Antecipadamente		20	-	20	21	-	21
Outros Ativos Circulantes		595	-	595	494	-	494
Ativo Não Circulante							
Concessionárias e Permissionárias	4	197	-	197	185	-	185
Ativo Contratual		-	162.552	162.552	-	153.461	153.461
Outros Ativos Não Circulantes		11	-	11	11	-	11
Imobilizado	5	101.786	(101.734)	52	105.824	(105.804)	20
Intangível	5	83	(83)	-	86	(83)	3
Total do Ativo		117.795	98.170	215.965	126.802	76.944	203.746
Passivo							
Passivo Circulante							
Fornecedores		124	-	124	127	-	127
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	14.862	-	14.862	8.562	-	8.562
Obrigações Sociais, tributárias e Trabalhistas		1.352	1.367	2.719	1.131	1.548	2.679
Dividendos Declarados		10.312	-	10.312	6.583	-	6.583
Encargos Setoriais		1.729	1.124	2.853	1.672	1.373	3.045
Outros Passivos Circulantes		1.354	(620)	734	1.182	(479)	703
Passivo Não Circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	31.121	-	31.121	45.656	-	45.656
Tributos Diferidos		-	12.110	12.110	-	10.658	10.658
Passivos regulatórios diferidos		-	4.884	4.884	-	4.120	4.120
Outros Passivos Não Circulantes		243	(243)	-	278	(278)	-
Total do Passivo		61.097	18.622	79.719	65.191	16.942	82.133
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7	22.340	-	22.340	22.340	-	22.340
Dividendos Adicionais propostos		5.688	-	5.688	2.000	-	2.000
Reservas de Lucros	7	28.670	79.548	108.218	37.271	60.002	97.273
Total do Patrimônio Líquido		56.698	79.548	136.246	61.611	60.002	121.613
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		117.795	98.170	215.965	126.802	76.944	203.746

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	Notas	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão	8	35.802	(35.802)	-	33.809	(33.809)	-
Outras Receitas Vinculadas		127	-	127	130	-	130
Receita de Operação e Manutenção, Remuneração dos Ativos de Concessão e de Implantação de Infraestrutura		-	52.931	52.931	-	37.610	37.610
(-) Parcela Variável		(184)	-	(184)	(99)	-	(99)
Tributos							
PIS-PASEP		(232)	(111)	(343)	(220)	(24)	(244)
Cofins		(1.071)	(514)	(1.585)	(1.016)	(113)	(1.129)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(330)	-	(330)	(315)	-	(315)
Reserva Global de Reversão - RGR		(929)	(446)	(1.375)	(879)	(99)	(978)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE¹		(143)	(68)	(211)	(135)	(16)	(151)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		33.040	15.990	49.030	31.275	3.549	34.824
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	9	(948)	-	(948)	(1.011)	-	(1.011)
Material		(42)	-	(42)	(35)	49	14
Serviços de Terceiros		(2.158)	-	(2.158)	(2.055)	-	(2.055)
Arrendamento e Aluguéis		(167)	-	(167)	(155)	0	(155)
Seguros		(50)	-	(50)	(51)	0	(51)
Doações, Contribuições e Subvenções		(34)	-	(34)	(22)	-	(22)
Tributos		(5)	-	(5)	(2)	-	(2)
Depreciação e Amortização		(4.083)	4.077	(6)	(4.099)	4.077	(22)
Gastos Diversos		-	-	-	(66)	-	(66)
Resultado da Atividade		25.553	20.067	45.620	23.778	7.676	31.454
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(3.639)	-	(3.639)	(4.318)	-	(4.318)
Receitas Financeiras		1.312	-	1.312	509	-	509
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		23.226	20.067	43.293	19.969	7.676	27.645
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.522)	(522)	(2.044)	(1.191)	(123)	(1.314)
Resultado Líquido do Exercício		21.704	19.546	41.249	18.778	7.663	26.331

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

12.1.1. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia entre de 5,82% a.a. 9,39% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

12.1.2. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

i) *Receita de implantação de infraestrutura*

Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

ii) *Receitas de remuneração dos ativos da concessão*

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

12.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

12.1.2. Reconhecimento da receita--Continuação

iii) *Receitas de operação e manutenção*

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante.

12.1.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas de remuneração do ativo de concessão e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	136.246	121.613
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual (CPC 47)	(93.025)	(72.208)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	13.477	12.206
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>56.698</u>	<u>61.611</u>

14. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	41.249	26.331
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual (CPC47)	(19.023)	(7.430)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(522)	(123)
Lucro líquido regulatório	<u>21.704</u>	<u>18.778</u>

15. Eventos subsequentes

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Na data dessas demonstrações contábeis regulatórias não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.